

Informação, comunicação, investigação, inovação, interdisciplinaridade e mediação na sociedade actual – algumas notas prévias a uma antropologia de certos comportamentos contemporâneos

Vítor Oliveira Jorge

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Palavras-chave:

Informação; comunicação; cultura contemporânea; antropologia.

Key words:

Information; communication; contemporary culture; anthropology.

“Uma história que costuma contar Michael Smart, um topógrafo que trabalha para o Governo canadiano, serve para ilustrar como foi fulcral para a nossa percepção da realidade esta forma excepcional de manusear o tempo e o espaço. [refere-se à descoberta da perspectiva a partir do Renascimento]. Michael estava a trabalhar na floresta a norte do estado de Ontário com um guia Algonquin, a definir as características do terreno e a recuperar os nomes originais dos rios, colinas, vales e outras referências topográficas. A dado momento, Michael disse ao guia: “Eh, estamos perdidos.” O guia respondeu-lhe com um ar de estranheza: “Não estamos perdidos, o terreno é que está perdido.”

Naquele momento, Michael percebeu que havia um aspecto muito importante a separar a sua visão do mundo da do seu guia: para Michael o espaço estava fixo e ele era um agente livre para mover-se através dele, como um actor num palco, uma vasta área onde as pessoas podiam perder-se. O guia via o espaço como algo dentro do corpo, e não fora, um meio fluido e sempre a mudar no qual ninguém podia perder-se, onde o único ponto fixo do universo era ele próprio, e onde ele, embora pusesse um pé à frente do outro, nunca se movia realmente. Há culturas onde o acto de andar não é

visto como atravessar o espaço mas como empurrar o espaço debaixo dos pés.”

Derrick de Kerckhove, A Pele da Cultura. Uma Investigação sobre a Nova Realidade Electrónica, Lisboa, Relógio d' Água, 1997, pp. 67-68

A antropologia, ciência das “sociedades primitivas” na sua nascença, pode refluir hoje, com toda a sua bagagem, sobre os mundos contemporâneos, ajudando-nos a esclarecer a multifacetada complexidade desta época do “capitalismo desorganizado” e de “economia dos signos” (Scott Lash) em que entrámos.

Porquê? Quero com isto dizer que a antropologia tem “por natureza” uma perspectiva mais apropriada ao entendimento da complexidade, ou da diversidade, nas suas múltiplas escalas e sentidos, do que outras disciplinas? Quero dar-lhe quase um estatuto de “saber cobridor”, envolvente, qual guarda-chuva, como certos autores parecem sugerir? Obviamente, não. Não há, no mundo rizomático contemporâneo, essências, mas posições, e portanto não existe nenhum ponto de observação privilegiado, já que esse mundo se caracteriza precisamente pela circulação, pela multiplicação de perspectivas e pontos de vista, por uma nova relação entre exterior e interior, entre sujeito e objecto de conhecimento.

Mas a revalorização da experiência sensível, do corpo, e da oralidade provoca hoje, na sociedade eletrizada em que vivemos (Derrick de Kerckhove), uma estranha analogia com algumas sociedades “primitivas”, precisamente na medida em que somos convocados a uma mudança radical de paradigma, a uma experiência de “exotização” da nossa própria cultura.

Hoje, só podemos pensar se conseguirmos sair dos estereótipos e dos arquétipos da nossa cultura tradicional. Ora, esse foi sempre o desafio da antropologia. É por isso que os seus conhecimentos e a sua experiência são fulcrais ao entendimento da contemporaneidade.

Quem diria – suprema ironia! - que quanto mais nos tornamos “modernos” mais precisamos de recuperar saberes, sociabilidades e cosmovisões que são ditas “primitivas”?

Só agora nos começamos a aperceber do grande valor da diversidade da experiência humana. Mas esperemos que não aconteça à nossa civilização ocidental, que soberbamente se quer impor por toda a parte, aquela frase que nos diziam quando éramos miúdos: “ mais tarde torces a orelha e já não deita sangue.” E que a Universidade não continue a deixar a antropologia “para as calendas” como um saber entre outros, que até pode esperar.

Como se articula o que foi dito com conceitos e expressões que andam na moda, e nas preocupações de muitos, nesta dita “sociedade de informação” em que nos encontramos?

Curiosamente, o departamento a que pertença contém uma secção de Ciência da Informação felizmente bem activa, e, prevista, uma secção de Antropologia que, essa, nunca sequer viu a luz... para além do “Diário da República”.

Informação é tudo, e por isso, num certo sentido, é também nada, ou seja, um conceito desprovido de operacionalidade *per se*. Pode considerar-se informação o conjunto de elementos de que um organismo, e em particular um ser humano, necessita para sobreviver num determinado ambiente. A informação, para alguns, pode objectivar-se: é um bem susceptível de se quantificar, armazenar, e a ele recorrer sempre que necessário.

Tanto podemos falar de um conjunto arquitectónico como dispositivo informacional, como de toda a paisagem como uma mnemónica, como evocar a nossa memória ou o nosso inconsciente, como referir-nos a bibliotecas, arquivos ou museus, como falar das pequenas percepções quotidianas enquanto repositórios de “informação”. Ao passar para este sentido abrangente, o conteúdo da palavra “informação” parece evoluir-se. Se por informação, numa

sociedade humana, considerarmos o conjunto dos conhecimentos e experiências armazenados e transmissíveis, quase podemos identificar informação com património, como herança a enriquecer e transmitir.

No sentido de algo que tem valor, valor não apenas como matéria específica, como realidade emoldurável, classificável, disponível, mas como reflexão sobre, e vivência dessa matéria, estas por definição infinitas, porque situadas do lado da recepção. Assim, o conceito de informação leva-nos a um derrame sem fim.

Por que é que se diz que as nossas sociedades actuais são sociedades de informação? Porque a economia evoluiu a um ponto tal, globalizada e acelerada como está, que é vital para a tomada de certas decisões poder-se, em minutos ou segundos, fazer operações financeiras ou tomar outras decisões estratégicas cujo êxito depende de se ter determinadas informações antes do competidor.

E esse modelo, como é costume, alastra depois a todos os campos, criando uma ecologia ávida de informação, em ligação com os média, a sociedade do entretenimento, e os computadores articulados em rede global. Se a teoria da informação começou por ser a teoria da sociedade ligada por telefone, a informação hoje pensa-se a uma escala muito mais ambiciosa, praticamente prometendo o acesso a tudo instantaneamente, numa con-fusão entre o real e o virtual. Não se trata de facto de “aceder” como espectador ou consumidor, mas como participante e actor (passar para dentro do ecrã, literalmente). O fascínio que este domínio provoca compreende-se: retoma mitos antigos de o homem se substituir a Deus na sua onisciência. Informação é poder, promessa de experiência intensa, é dinheiro – em crescimento potencialmente ilimitado, pelo menos ao nível do mito ou do desejo.

Mas se a informação é como o dinheiro, ou seja, é valor, esse valor precisa de aplicações para gerar mais valor; parado, está

morto. Uma informação “desactualizada” pode ter interesse (nomeadamente “histórico”), mas em contextos que não são os da decisão minuto a minuto num mundo articulado. Isto significa que informação sem comunicação não tem sentido. Ou, se quisermos, estão em relação tão íntima, que se fôssemos comparar uma e outra isoladamente estávamos a pôr, lado a lado, um pântano de águas paradas e verdes, contaminadas (informação) com um rio de águas nervosas e fermentes de frescura, novidade, inovação, energia (comunicação).

Que informação e comunicação sempre estiveram juntas, é uma verdade óbvia, pois o que é que se pode comunicar senão informação, no seu sentido mais amplo, e o que é que se pode considerar informação senão o que foi comunicado, na acepção mais larga também? Já, evidentemente, o que se chama jornalismo (conceito dinâmico também, e em expansão evidente) é no entanto algo de muito mais particular, um sub-domínio da área da comunicação.

Aliás, não é preciso, por ser bem conhecida, invocar a velha frase de Marshall McLuhan, “ the media is the message”, para se ver como forma e conteúdo, suporte e mensagem, hardware e software são duas realidades em interacção – e mesmo em fusão – constante.

Comunicação implica pelo menos dois parceiros, mas é óbvio que hoje estamos numa época em que a tecnologia nos permite não só ultrapassar a necessidade da co-presença, mas também possibilita a comunicação simultânea com muitos outros indivíduos, através da Internet e através da vídeo-conferência. Comprimimos o tempo e o espaço ao máximo, ao ponto de que, teoricamente, eu posso falar com quem quiser, de onde e para onde quiser, 24 em 24 horas. Por exemplo, cada vez que eu envio um e-mail, em minutos, para todos os meus cerca de 1.800 contactos, estou realmente a atingir uma comunidade alvo que eu fui escolhendo, e – muito importante – cujos

membros não precisam de ser interrompidos na sua vida corrente (como acontece com o telefone), pois a informação fica nos seus endereços disponível, silenciosa, para quando a possam consultar.

Os conteúdos dessa informação não precisam de ser mais pobres por serem transmitidos instantaneamente; eu posso publicar na *net* numa hora, em página própria, um livro de poemas que andei a escrever durante anos, “dando a volta por cima” aos editores e a todas as complicações que eles costumam criar aos autores... a auto-publicação é uma realidade, baratíssima, quase gratuita.

Tal como informação e comunicação, **investigação** pode tomar-se num sentido amplo (procurar informação pertinente sobre algo, inclusivamente no sentido em que falamos de investigação policial ou judicial, que visa um “terminus”, isto é, uma solução), ou mais restrito.

Este último é muito importante – é mesmo, do meu ponto de vista, o mais importante - para um universitário, porque é em relação com o ensino superior, nas universidades, politécnicos, e organismos associados (laboratórios, por exemplo) que, normalmente, se faz tal tipo de trabalho. Consiste na concepção e “resolução” de problemas novos.

Diria mais: consiste mesmo, fundamentalmente, na invenção de problemas, porque não é tão importante o término, como o processo em si. Implica uma concentração da atenção num objecto, procurando definir os conceitos pertinentes, as regras de observação, descrição, argumentação, etc., por forma a chegar a um produto final que pode ser (e normalmente é) um feixe de novas questões. Distingue-se de uma actividade lúdica porque, pelo caminho, pode ir descobrindo uma grande quantidade de aplicações potenciais importantes.

Vai criando informação, precisamente, ou seja, como vimos, valor, que depois os sistemas de armazenamento, tratamento, e

comunicação, vão de algum modo “parasitar”, aproveitar de multímodas maneiras. Mas o que tem mais valor, por definição, é raro – e esse “mais valor” é da ordem de uma “consciência emergente” que não é disciplinar, nem multidisciplinar, mas radicalmente interdisciplinar. Uma revolução silenciosa que aproxima as novas tecnologias e as sabedorias e práticas ancestrais... (atenção, não confundir com o fascínio comercial pelo etno e exótico, em todos os seus domínios; estou a falar de algo de muito mais sério).

Sem investigação a montante (aquilo que tradicionalmente se chamava investigação “fundamental” para a distinguir da “aplicada”) uma sociedade perde poder e identidade, tornando-se passiva, mera consumidora do que importa no mercado dos valores simbólicos e, a prazo, no mercado em geral. A investigação “aplicada” (por exemplo, a maior parte da arqueologia que se faz em Portugal) não é criativa, apenas sujeita novos objectos a práticas e pensamentos correntes. Já alguma da antropologia que cá se pratica é muito interessante, embora ainda não tenha conseguido ligar-se inteiramente (para a criticar no bom sentido, claro) à tradição que vinha de Leite de Vasconcelos e de Jorge Dias. A investigação “fundamental”, que envolve investimento, risco, etc., tudo quanto é característico do núcleo energético da sociedade contemporânea, implica inventabilidade, conceptualização, procura de nichos de actividade ainda não explorados, transversalidades, em suma - interdisciplinaridades.

O facto de a grande maioria das pessoas não as praticarem não é uma questão de vontade ou mesmo de habilidade. É uma questão, obviamente, de competência e de trabalho, de investimento em tempo, que se tornou o recurso mais escasso do mundo contemporâneo, pela própria lógica de compressão a que foi sujeito. É certo que o espaço, nas grandes cidades, sobretudo nos centros, pode atingir preços exorbitantes por metro quadrado. Mas o tempo

das pessoas, o seu valor, como se mede? Ainda usamos o tempo uns dos outros com a maior parcimónia. Gastamo-lo com a displicência dos muito ricos ou dos muito pobres.

Sem investigação autêntica, problematizante, não há **inovação**. Esses produtos inovadores, se não se traduzem necessariamente em aplicações tecnológicas para a vida corrente, podem surgir sob a forma de configurações conceptuais que acabam por ter uma grande influência na forma como pensamos o mundo, ou seja, no modo como habitamos a realidade que nos cerca. E, aí, tanto importa que os classifiquemos como científicos, artísticos, ou filosóficos. São construções que nos permitem viver, sobretudo numa sociedade pós-industrial onde a economia se movimenta por signos, por imagens, por "cultura", pelo consumo de "produtos de lazer" muito diversificados.

Quando a televisão deixar de ser um ecrã que transmite sobretudo conteúdos fixos para as massas, e passar a ser muito mais personalizada, fundindo-se com o computador, permitindo interacção total e criatividade por parte do actual receptor, perceber-se-á cada vez mais o papel central da "cultura" nas sociedades contemporâneas. Não é meu objectivo aqui desenvolver esse ponto, as múltiplas acepções de cultura e suas implicações.

Qual a boa receita para a inovação? Uma delas, é tempo, já referido. A outra é, evidentemente, algo diáfano e muito mal distribuído, o talento, talvez um dos valores que não são totalmente democratizáveis... é difícil replicar Mozart (falecido aos trinta e cinco anos), se me é permitida a simplificação abusiva. Já a inteligência é, como se sabe, algo de multifacetado, profundamente dependente da aprendizagem e, portanto, algo que se pode desenvolver ou raquitizar. Quando era novo, tinha à-vontade em bastantes matérias em que, agora, seria absurdo meter-me para nelas tentar atingir qualquer forma de excelência: tal como o meu corpo, cujas

propriedades musculares não me preocupei em desenvolver, aquelas capacidades potenciais foram-se afunilando. Fui vítima, como muitos, da absurda ghetização que implicava a precoce divisão entre os que iam para ciências e os que iam para letras. Nunca me revi em tais dicotomias.

Mas a aprendizagem contínua da vida permite o descobrir constante de muitas novas competências: por exemplo, sinto-me muito bem nos “médias”, nomeadamente na comunicação em directo (para quantas mais pessoas, melhor), coisa que atrapalha compreensivelmente muitos dos meus colegas, habituados à reclusão e discrição a que a vida universitária nos obrigou. Digamos que me estimula o raciocínio o facto de me sentir mergulhado num espaço mediático, de energia muito intensa, a falar para um público amplo e sem poder falhar um segundo, na expressão oral e facial. Esta “arte” da extrema contenção aprende-se, não nasce connosco. Tem algo a ver com a poesia, que, ao contrário da ficção, é o efeito do instantâneo (por isso ela está hoje de volta, em força). Mas esse é outro assunto.

Verdadeiramente a receita mais decisiva para a inovação é a **interdisciplinaridade**. Esta prática é muito difícil, porque nós fomos – e até certo ponto bem - formados para sermos especialistas, isto é, para sabermos de tal modo de uma coisa específica que nos tornássemos imprescindíveis na venda de serviços (que podiam ser ensino, transmissão de conhecimentos/experiências) em tal área. Isso criou em nós práticas importantes de distanciação – que continuam a ser fundamentais a um trabalho criador - de reclusão/auto-exclusão, as quais, porém, num mundo de transversalidades e de comunicações, podem também ser muito castradoras. Começa logo porque entrámos numa espécie de babel em que nem o próprio colega do gabinete ao lado nos entende.

O que é um facto é que não estamos já na ecologia hierárquica do aprofundar, mas na ecologia rizomática de descobrir o que se “esconde sob”, não como uma coisa estática, mas como matéria circulante. Descodificar as aparências, não tanto como ecrãs de “verdades” que estão por detrás, mas como configurações que precisamos de cartografar em mapas mais gerais, para sabermos o que está em jogo aqui (que potencialmente é todo o mundo) e agora, e qual é o melhor lance próximo a executar. Por outras palavras, passar do que parece ao que é, passar do acontecimento não tanto à estrutura ou sistema subjacente, mas à teia de acontecimentos em que ele faz sentido. O conhecimento tornou-se estratégico, não só na sua utilização, como na sua própria constituição.

Ou seja, em última análise, o que está em causa é qual a melhor maneira de usarmos o nosso recurso mais escasso – o tempo – para atingirmos o nosso objectivo – o aumento de valor nas mais variadas modalidades e circunstâncias, valor esse sempre centrado no eu, como é próprio de uma sociedade individualista. Este eu, note-se, não é um eu isolado, mas um eu articulado em redes. Aliás, o eu pode identificar-se, ou projectar-se miticamente, com o colectivo, quando um líder fala em nome do interesse da instituição, ou do país, ou da humanidade (conforme as escalas e os graus de ambição). O líder, sancionado democraticamente ou não, é o que faz coincidir o seu desejo com o desejo das massas. Ninguém vai para líder sem o gosto e prazer de mandar.

Ora na competição pela inovação sob o modo da interdisciplinaridade corremos um risco. O da concorrência feita por indivíduos inteligentes, espertos, que nunca chegaram a aprender, praticar, ter prazer, com qualquer disciplina ou investigação. Encontram-se pois disponíveis – mesmo no seio de organismos de ensino superior – para gerir a sua imagem e a sua trajectória para parecerem capazes q.b. de abarcarem qualquer matéria, servindo de

falsos comutadores entre disciplinas que não dominam. Isto não é interdisciplinaridade, é pré-disciplinaridade. Todos conhecemos exemplos desse novo tipo de ser humano, a que Guillaume chama “homem-cápsula”, que sabe ter em qualquer momento a palavra e o gesto adequados à “gestão da situação”. São competências muito subtis, que se desenvolvem por vezes em pessoas que não investiram demasiado no raciocínio ou na aquisição do que dantes se chamava uma “formação sólida”, que necessariamente nos prende sempre, por mais inovadores que sejamos, ao passado e à tradição. Na nova era das vivencialidades “performativas”, esta modalidade de ser humano de tipo “cápsula”, ambicioso e hábil, está condenada a ter êxito.

De facto, esse tipo de pessoas é extremamente atractivo para os decisores e para a “nomenclatura do poder” (um conjunto de indivíduos que, por teias complexas de influências, se revezam uns aos outros nos lugares estratégicos) porque são seres activos que pelo menos parecem articular de forma inovadora campos antes separados, em relação com novas tecnologias, dando a aparência de criar produtos novos, imagens atraentes. São nómadas de um espaço perdido, mas aparecem como executivos com uma agenda precisa, e com grande procura. Vendem sobretudo uma imagem, na sociedade que as consome, que precisa delas avidamente. A primeira coisa que uma instituição (ou uma cidade, ou um país) pensa, hoje, é no seu logotipo. Ele deixou de ser um adereço decorativo, para ser um emblema identitário que atrai clientes, visitantes, movimento, circulação, dinheiro, prestígio.

Ora, se os organismos do ensino superior em geral parece terem hoje de funcionar como empresas no mercado global, o que é um facto é que as pessoas que ocupam neles postos de responsabilidade não tiveram em geral, como formação de base, a de empresários ou gestores. São professores universitários que optaram

(ou se viram compelidos pelas circunstâncias) a determinada altura pelo serviço de dirigir, aos vários níveis, as instituições – e nessa tarefa imprescindível e em geral meritória muitos se distinguiram, descobrindo em si próprios novas vocações.

Mas, mesmo se tivessem tido aquela formação de empresários, nada garantiria, por essa razão, a qualidade do serviço resultante, porque há evidentemente bons e maus empresários, bons e maus gestores, sobretudo quando se trata de gerir produtos e serviços em relação com a “investigação fundamental” que uns praticaram, outros não. Investigação essa que é a fonte última do valor em qualquer sociedade moderna.

De modo que estamos a assistir, por vezes, a novas configurações de poder dentro do mundo da criação e da investigação, dantes idilicamente conotadas com o talento e com o trabalho (a famosa dosagem da inspiração e da transpiração), dentro dos princípios da sociedade meritocrática. Hoje é preciso jeito, relações públicas, um mínimo de “cultura transversal”, e qualquer um homem-cápsula, ou mulher-cápsula, se recicla e se “traveste” em inovador cultural. Para tanto não precisa de produzir nada, mas de pôr outros a produzir, servindo de mediador, de comutador.

O papel dos mediadores e programadores culturais e científicos é cada vez maior na sociedade contemporânea. Quero dizer, aqueles que têm o poder de decidir se se publica ou se se não publica, se se inclui uma recensão crítica ou não, se se chama uma pessoa a um programa de televisão ou não, qual a exposição ou programa que se vai executar, o que é que um autor que publica sob a sua chancela pode ou não pode fazer, etc. Quando os autores são importantes (isto é, vendem mesmo) estes seres funcionam como autênticos “managers” de um “star system” (por pequenino e embrionário que seja).

Muitos decisores não têm demasiado poder nem dinheiro no mundo em crise em que estamos, e sobretudo no pequeno país que habitamos. Mas têm a capacidade de formar “clientelas” úteis para o futuro, e de colocar em lugares-chave pessoas que são capazes de se movimentar em redes e em processos de fabricação da auto-imagem que os tornam verdadeiramente numa “nomenclatura”. Como aliás nos partidos, como em todas as grandes instituições e grupos corporativos.

São entidades muito difíceis de reformar, ou de nelas se entrar e progredir pela simples competência e trabalho, valores que ainda continuamos a defender e a propagar junto dos nossos estudantes, os quais, por alguma razão, por vezes nos olham com um tom desconfiado. Tudo cá fora parece contrariar as homilias que lhes impingimos. O que conta é a imagem, a bolsa de contactos, o capital de relações, para já não falar do capital financeiro que cada um possui. Aliás, muitas vezes algumas lutas intestinas mais não são do que o resultado visível de confrontos entre novas e velhas “famílias”, sentindo-se as segundas, na sua tradicional capacidade de transmissão trans-geracional de empregos e postos de prestígio, ameaçadas pelas primeiras, que acusam de ter saído do nada.

Talvez se os nossos alunos estudassem um pouco mais de etnografia, ou de antropologia cultural, já se não espantassem tanto com o que se passa à sua volta (com a parcela do que se passa à sua volta de que se podem aperceber...).

Curiosamente, utilizando aparelhos modernos, formas de extensão da nossa actividade, estamos a reproduzir, a outra escala, modos de produção de carisma, de competição pela liderança e pelo prestígio pelas quais os seres humanos sempre deram tudo, até a própria vida.

Porto, 31 de Março de 2005